

ATUAÇÃO DO MPCE

- 26/07/2021 - MPCE recomenda elaboração de novo plano de retomada das aulas presenciais em escolas públicas de Madalena - MPCE
- 23/07/2021 - MPCE promove evento sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - MPCE
- 20/07/2021 - MPCE e Prefeitura de Parambu firmam acordo para retorno gradual das aulas presenciais na rede pública no segundo semestre - MPCE
- 15/07/2021 - Justiça acata pedido do MPCE e determina que Município de Arneiroz adote medidas para retorno das aulas presenciais na rede pública, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil - MPCE
- 01/07/2021 - Após denúncia do MPCE, Justiça condena coordenador de instituto por ofertar cursos de forma fraudulenta - MPCE

ATUAÇÃO DO OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- 30/07/2021 - CNPG lança Nota Pública em defesa da aprendizagem profissional e do trabalho decente para jovens - MPBA
- 30/07/2021 - MPPI expede recomendações aos municípios de Monsenhor Gil, Curralinhos e Miguel Leão para retomada imediata das atividades escolares presenciais - MPPI
- 28/07/2021 - MPPI fiscaliza plano de retorno às atividades escolares presenciais na rede municipal de ensino de Nazária - MPPI
- 28/07/2021 - Nota de esclarecimento sobre recomendações a respeito das aulas presenciais – MPPI
- 28/07/2021 - MPRN pede na Justiça que Estado reforme escola em Parnamirim – MPRN
- 28/07/2021 - Operação volta às aulas: MPDFT realiza fiscalização para avaliar retomada segura - MPDFT
- 28/07/2021 - MPDFT inicia vistoria em escolas públicas para verificar condições de retorno presencial - MPDFT
- 28/07/2021 - MPSE e Prefeitura de Aracaju discutem ações para combater pobreza menstrual nas escolas municipais - MPSE
- 28/07/2021 - Projeto do MP inspeciona 24 escolas de Cruz das Almas e encontra irregularidades – MPBA

- 27/07/2021 - Em sentença favorável ao MPPA, Justiça interdita escola com estrutura precarizada – MPPA
- 27/07/2021 - MP realiza primeira inspeção remota de escola em Salvador por meio do programa 'Saúde + Educação' - MPBA
- 27/07/2021 - CAODEC expede Nota Técnica sobre retorno às aulas presenciais nas escolas públicas do Estado - MPPI
- 27/07/2021 - Em audiência com o MPPI, SEDUC-PI confirma retorno gradual das aulas presenciais a partir do dia 9 de agosto – MPPI
- 27/07/2021 - MP alinha ações do Busca Ativa Escolar em evento on-line com participação do Unicef - MPRO
- 27/07/2021 - MPSP pede dados sobre cotas para pessoas com deficiência em universidades e escolas técnicas – MPSP
- 27/07/2021 - Gaeco denuncia 18 pessoas por esquema de falsificação de diplomas - MPMT
- 27/07/2021 - Projeto 'Na escola com respeito' é apresentado a gestores de Alagoinha e Mulungu – MPPB
- 27/07/2021 - Edição da semana trata da atuação do Ministério Público nas eleições – MPPR
- 26/07/2021 - Município de Pontal do Paraná informa ao MPPR que acatará recomendação administrativa para retorno das aulas presenciais a partir de agosto - MPPR
- 26/07/2021 - MPRJ obtém decisão determinando volta às aulas presenciais em Arraial do Cabo – MPRJ
- 26/07/2021 - Piso salarial dos professores do Município de Nioaque terá que ser adequado após Ação Civil Pública do MPMS – MPMS
- 26/07/2021 - MP discute oferta de educação infantil em Ilhéus - MPBA
- 26/07/2021 - MPRN recomenda recuperação de escola estadual em Parnamirim - MPRN
- 26/07/2021 - "Gabinete nas Escolas": em continuidade às inspeções em estabelecimentos de ensino, MP-AP realiza vistoria em creches municipais – MPAP
- 23/07/2021 - Promotores de Justiça devem fomentar reabertura das escolas públicas - MPMT
- 23/07/2021 - MPRJ celebra TAC para retomada das aulas presenciais em Cabo Frio - MPRJ
- 23/07/2021 - MP-AP realiza audiência extrajudicial com representantes das Secretarias Municipal e Estadual de Educação – MPAP

- 23/07/2021 - Retorno presencial das aulas na rede estadual de educação é tema de reunião - MPMA
- 23/07/2021 - Liminar determina retorno de aulas presenciais na rede municipal em Embu das Artes - MPSP
- 22/07/2021 - MPRN recomenda realização de reforma em escola estadual de Parnamirim - MPRN
- 22/07/2021 - MPMG recomenda que município de Cataguases dê prioridade ao direito à educação – MPMG
- 22/07/2021 - MPPI e Undime-PI dialogam sobre a retomada das aulas em regime presencial nas redes públicas municipais do Piauí – MPPI
- 21/07/2021 - MPPI promove audiência com o secretário de Educação de Teresina e equipe para acompanhar o plano de retorno às atividades escolares presenciais na rede municipal de ensino – MPPI
- 21/07/2021 - MPRJ ajuíza ação civil pública para o retorno das aulas presenciais no Município de Arraial de Cabo – MPRJ
- 21/07/2021 - MPRJ ajuíza ação para que as aulas presenciais sejam retomadas no Município de Porto Real – MPRJ
- 21/07/2021 - MPRN libera acesso a palestras on-line sobre retomada das aulas presenciais para toda a comunidade escolar – MPRN
- 21/07/2021 - MPRN faz reunião interpoderes para debater políticas públicas infantojuvenis em Governador Dix-Sept Rosado - MPRJ
- 20/07/2021 - SÃO LUÍS - Demandas da área de educação são discutidas com vereadores - MPMA
- 20/07/2021 - Experiência do MPRO e TCERO inspira Tribunal de Contas de Mato Grosso a aderir ao Busca Ativa Escolar - MPRO
- 19/07/2021 - FRBL aprova investimento em projeto de ensino a distância para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – MPSC
- 19/07/2021 - MPSC vai à Justiça por reformas em mais seis escolas estaduais em Itajaí- MPSC
- 19/07/2021 - MPAM ajuíza ação para obrigar Prefeitura de Lábrea a concluir construção de creches, paralisada há 6 anos - MPAM
- 16/07/2021 - MPSC reforça a importância de vincular diretrizes, metas e estratégias dos planos municipais da Educação aos Planos Plurianuais dos municípios - MPSC

- 16/07/2021 - MPMS requer que Município de Três Lagoas atinja e mantenha de forma proporcional os cargos temporários e efetivos de professores da Rede Municipal de Ensino - MPMS
- 16/07/2021 - MPMS entrega à Semed o 2º lote de celulares que serão destinados aos alunos da rede municipal de ensino da Capital – MPMS
- 15/07/2021 - MPRJ obtém decisão determinando a volta às aulas presenciais na rede municipal de Miguel Pereira - MPRJ
- 15/07/2021 - MPMG recomenda ao prefeito de BH a redefinição de medidas para o retorno às aulas presenciais em 10 dias – MPMG
- 15/07/2021 - MP destaca importância da priorização dos profissionais da educação na antecipação da 2ª dose das vacinas AstraZeneca e Pfizer – MPRO
- 15/07/2021 - Faculdade é condenada por descumprir decisão judicial; alunos poderão pagar mensalidade em juízo – MPPB
- 15/07/2021 - MPRJ obtém decisão para que o município de Vassouras adote as medidas sanitárias necessárias para o retorno das atividades escolares – MPRJ
- 14/07/2021 - TJRN acata recurso do MPRN e obriga Estado a adequar Centro de Educação Especial de Mossoró - MPRJ
- 14/07/2021 - MPRS faz reunião com deputados estaduais para tratar do transporte escolar rural - MPRS
- 13/07/2021 - MPRN inicia série de reuniões com prefeitos e secretários de Educação para tratar retomada das aulas presenciais - MPRJ
- 13/07/2021 - MPSC ajuíza ação para obrigar Município de Concórdia a reabrir matrículas nas creches e a zerar fila de espera - MPSC
- 12/07/2021 - MPAM quer ressarcimento de R\$ 1,515 milhão por irregularidade em locação de prédio pela Seduc - MPAM
- 12/07/2021 - Após pedido do MPRN, Justiça confirma retomada das aulas presenciais no Estado a partir do dia 19 de julho - MPRJ
- 12/07/2021 - MPRS apresenta projeto que fomenta condições de operacionalização do ensino remoto nas redes municipais de ensino - MPRS
- 09/07/2021- Força-tarefa do MPAL recomenda a governador e prefeitos instauração de procedimentos em desfavor de servidores da Educação que se recusarem à vacinação contra a Covid-19 - MPAL

- 09/07/2021 - MPRJ ajuíza ação para que Angra dos Reis retome as atividades presenciais nas escolas, observando as bandeiras sanitárias sobre risco da Covid-19 – MPRJ
- 09/07/2021 - MPMG recomenda ao município de Juiz de Fora a ampla divulgação das deliberações sobre o retorno das atividades de ensino presenciais- MPMG
- 08/07/2021 - Prefeitura de Contagem se compromete a publicar, em cinco dias, indicadores e plano completo de retomada das aulas presenciais no município – MPMG
- 08/07/2021 - MPMG avalia instaurar inquérito contra município de BH por descumprir TAC de volta às aulas - MPMG
- 08/07/2021 - MPSC, TCE e MPC apresentam o Painel Investimento em Educação em live para responsáveis pela implantação e fiscalização das políticas municipais na área - MPSC
- 08/07/2021 - MPPR expede recomendação administrativa à UEL para adoção de medidas de combate ao racismo estrutural no meio acadêmico – MPPR
- 08/07/2021 - MP-GO ajuíza ação para retorno parcial de aulas presenciais nas escolas de Rio Quente - MPGO
- 07/07/2021 - MPSC obtém liminar para regularização da estrutura de escola estadual em Itajaí - MPSC
- 07/07/2021 - TAC firmado entre MPRS e governo do Estado garante aulas presenciais para mais de 25 mil alunos na Fronteira Oeste - MPRS
- 06/07/2021 - MP-AP recebe procuradores do Estado para dialogar sobre demandas da educação estadual – MPAP
- 05/07/2021– MPAM Participa de audiência com a SEMED, para avaliação do retorno às aulas presenciais – MPAM
- 05/07/2021 - SÃO LUÍS - MPMA discute com Semed e Comitê Gestor da Educação o retorno às aulas presenciais – MPMA
- 05/07/2021 - Mossoró: Justiça acata pedidos do MPRN e determina que Estado promova acessibilidade em 10 escolas - MPRJ
- 01/07/2021 - MPRJ ajuíza ação para que Miguel Pereira retome, de forma gradual e segura, as atividades presenciais nas escolas públicas – MPRJ
- 01/07/2021 - Após acordo do MPRN com investigados, Centro Educacional Especializado é construído em Carnaúba dos Dantas - MPRJ

01/07/2021 - MPMG participa de projeto que auxilia no desenvolvimento educacional de alunos do ensino fundamental em São Lourenço - MPMG

OUTRAS NOTÍCIAS

19/07/2021 - Judiciário estadual assina termo de cooperação para viabilizar estágio de alunos de escolas públicas – TJCE

20/07/2021 - Guia publicado pelo MEC orienta redes de ensino sobre o retorno das atividades presenciais - MEC

EVENTOS

Novo FUNDEB – Desafios para o Acompanhamento e Controle Social

Data: 12/08/2021

Horário: 15h

Público-alvo: Promotores de Justiça, servidores, assessores e estagiários, Secretários de Educação, Conselheiros Municipais de Educação, Conselheiros Tutelares, além da população em geral.

Inscrições: <https://cursos.mpce.mp.br/>

Transmissão pelo YouTube: [youtube.com/ministeriopublicoce](https://www.youtube.com/ministeriopublicoce)

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Lei Estadual nº 17.574, de 27 de julho de 2021 – Institui a Política de Atenção à Higiene Íntima de estudantes da Rede Pública Estadual de ensino e autoriza o Poder Executivo a adquirir e a distribuir absorventes higiênicos, buscando garantir-lhes condições básicas para a adequada higiene íntima e o pleno acesso à educação, reduzindo as desigualdades sociais, minimizando os riscos de doenças e atenuando a infrequência e o abandono escolar.

Lei Estadual nº 17.572, de 22 de julho de 2021 – Dispõe sobre o programa “Ceará educa mais”, consistente em ações destinadas à estruturação, ao desenvolvimento e à implementação de estratégias de gestão no âmbito da rede pública de ensino do Estado do Ceará, objetivando o aprimoramento e o fortalecimento do processo de aprendizagem.

Lei Estadual nº 17.558, de 14 de julho de 2021 – Dispõe sobre a política de educação profissional articulada ao ensino médio no âmbito da rede pública de ensino do Estado Ceará.

Lei Estadual nº 17.556, de 07 de julho de 2021 – Dispõe sobre ação pública social de incentivo ao ingresso em curso superior de alunos provenientes da rede pública de ensino do Estado do Ceará.

Lei Estadual nº 17.550, de 05 de julho de 2021 – Autoriza o Poder Executivo a adquirir e a ceder o uso de notebooks para uso por professores da Rede Pública Estadual de Ensino, assegurando condições para a criação de conteúdos e a prática de atividades necessárias à aprendizagem remota.

JURISPRUDÊNCIA

TJCE – EDUCAÇÃO INCLUSIVA. COBRANÇA ADICIONAL – APELAÇÃO CÍVEL. CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA (SÍNDROME DE DOWN). COBRANÇA ADICIONAL NA REMATRÍCULA EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARTICULAR. INADMISSIBILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. -A obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e prover as medidas de adaptação necessárias sem que ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas encontra respaldo na Constituição Federal, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e em outros normativos de caráter infraconstitucional -O ato de cobrança adicional é antijurídico, fere os direitos da personalidade e ofende o princípio da dignidade da pessoa humana, configurando dano moral indenizável. RECURSO IMPROVIDO. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo nº 0841307-65.2014.8.06.0001 em que figuram as partes acima indicadas. Acorda a 1ª Câmara de Direito Privado desta Corte de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao Apelo, nos termos do voto da Relatora. Fortaleza, 04 de setembro de 2019. DESEMBARGADORA VERA LÚCIA CORREIA LIMA Relatora. (TJ-CE - APL: 08413076520148060001 CE 0841307-65.2014.8.06.0001, Relator: VERA LÚCIA CORREIA LIMA, Data de Julgamento: 04/09/2019, 1ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 04/09/2019).

TJCE – EDUCAÇÃO INCLUSIVA - REMESSA. APELAÇÃO. ALUNO. NECESSIDADE ESPECIAL. PROFESSOR VERSADO NA LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS. LIBRA. DISPONIBILIZAÇÃO PELO ENTE PÚBLICO. EFETIVIDADE DA CONSTITUIÇÃO. DIREITO À EDUCAÇÃO. 1 - O cerne da presente questão consiste em saber se o ente público estatal tem a obrigação de disponibilizar professor especialista na linguagem brasileira de sinais – LIBRA, para atender aluno com deficiência auditiva. 2 - Com efeito, a educação é direito público subjetivo, de igual forma outorgado aos portadores de deficiência, efetivado por meio de atendimento especializado. É dever dos entes públicos, em solidariedade, o fornecimento de aulas ministradas por professor habilitado em LIBRA para atender às necessidades específicas dos deficientes auditivos. 3 - Ademais, tratando-se de políticas públicas associadas a direitos fundamentais constitucionalmente previstos não há que se falar em reserva do possível, vez que o estado está obrigado, pela legislação constitucional, a garantir a efetividade do direito. 4 – Remessa e apelação conhecidas e desprovidas. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer dos recursos, mas para negar-lhes provimento, de acordo com o voto do Relator. Fortaleza, 05 de agosto de 2019. DESEMBARGADOR PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE Relator e Presidente do Órgão Julgador (TJ-CE - APL: 00078250720148060181 CE 0007825-07.2014.8.06.0181, Relator: PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, Data de Julgamento: 05/08/2019, 1ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 05/08/2019).

TJAM – LEI FEDERAL Nº 12.764/2012. DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. DIREITO À EDUCAÇÃO - AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MENOR DIAGNOSTICADO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. CONTRATAÇÃO DE MEDIADOR. NECESSI-

DADE. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS PRESENTES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Constatada a necessidade de acompanhamento por mediador de criança diagnosticada no espectro autista, é dever da escola, seja pública ou particular, prover este profissional, visando o acesso à educação e à inclusão; 2. A Lei Federal nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegura ao menor diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista o direito de acompanhamento especializado visando facilitar o seu acesso à educação; 3. Presentes os requisitos autorizadores para a concessão da tutela antecipada, deve ser mantida a decisão agravada; 4. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-AM - AI: 40069039720208040000 AM 4006903-97.2020.8.04.0000, Relator: Airton Luís Corrêa Gentil, Data de Julgamento: 26/07/2021, Conselho da Magistratura, Data de Publicação: 26/07/2021)

TJSP – RETORNO DAS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Ajuizamento pela APEOESP. Impugnação de decisão do Governador do Estado de autorizar o retorno às aulas presenciais nas escolas no âmbito do território estadual. Extinção do feito, sem resolução do mérito, por ilegitimidade ativa ad causam. Inadmissibilidade. Desfecho que viola direito coletivo dos professores atingidos pelo ato administrativo combatido. A pretensão da entidade sindical está relacionada à defesa dos interesses de seus representados, notadamente os docentes da rede pública estadual de ensino que lecionam nas escolas localizadas no Município de Itapetininga. Inteligência do art. 1º, inc. IV, da Lei nº 7347/85. Afastada a extinção do feito sem exame do mérito, reconhecendo-se a legitimação da proponente. Apreciação do mérito nos termos do art. 1.013, § 3º, inc. I, do CPC, tendo em vista que o processo se encontra em condições de imediato julgamento. O ato administrativo impugnado não se contrapõe às medidas de saúde pública implementadas em todo o País. A determinação de retorno às aulas presenciais foi acompanhada de medidas preventivas e observância dos protocolos de segurança, não se vislumbrando excesso ou desvio de poder no ato administrativo combatido. Competência do Estado para adotar medidas relacionadas à educação na atual situação pandêmica. Ausente ilegalidade que justifique a intervenção judicial, devendo se prestigiar a separação dos poderes e a presunção de legitimidade e veracidade do ato administrativo. Afastada a ilegitimidade de parte ativa e prosseguindo no exame do mérito, o pedido é julgado improcedente. Sem ônus sucumbenciais, ante a ausência de má-fé. RECURSO PROVIDO EM PARTE. (TJ-SP - AC: 10089894920208260269 SP 1008989-49.2020.8.26.0269, Relator: Isabel Cogan, Data de Julgamento: 21/07/2021, 13ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 22/07/2021).

TJPR – RETORNO DAS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS - AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA CESSAÇÃO DOS EFEITOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 143/2021 QUE DETERMINOU A SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS – MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE SE IMPÕE – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ILEGALIDADE NO ATO IMPUGNADO – NECESSIDADE DE CONTROLE DA DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS – AUMENTO SIGNIFICATIVO DE NOVOS CASOS DIÁRIOS E DE MORTES PELA DOENÇA - ALTAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DOS LEITOS DE UTIS NOS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR - 7ª C. Cível - 0014745-32.2021.8.16.0000 - Maringá - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU FABIANA SILVEIRA KARAM - J. 16.07.2021).